

DESENVOLVIMENTO COM SUSTENTABILIDADE: ESTIMULANDO A PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Fábio Ribeiro de Oliveira¹

Resumo: A propagação e a apropriação dos ideais de sustentabilidade vêm passando por distintas abordagens, requerendo que a sociedade crie formas de incluí-las nos seus ideais de vida, considerando o meio em que vive e as respectivas relações. Este trabalho busca abordar a necessidade do ser humano incorporar a percepção de agente transformador do meio ao modelo de desenvolvimento idealizado. Os aspectos metodológicos incluem uma forma teórico-reflexiva em torno da interface dos eixos sociedade, indústria e meio ambiente, dentro da interdisciplinaridade que o assunto se propõe. Este conceito de interação vai ao encontro à necessidade de formas educacionais que estimulem pensamentos proativos, compartilhados e sistêmicos.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Percepção Socioambiental; Educação Ambiental; Desenvolvimento.

¹Universidade Federal Fluminense. Latec. E-mail: fabioribeiro@id.uff.br.

Introdução

Cada vez mais as questões ambientais têm ganhado força, bem como alguns critérios de decisão voltados aos pilares do socialmente justo, ecologicamente correto e economicamente viável, preconizados pelos ideais de desenvolvimento sustentável.

Cavalcanti (1997) ao abordar o modelo de crescimento sem limites, defende o termo de desenvolvimento como um ideal mais amplo, seja na forma de uma transformação estrutural da economia, uma realização do potencial de atendimento das necessidades básicas ou mesmo uma mudança qualitativa. Desta forma, a abordagem ao desenvolvimento e a sustentabilidade requerem uma visão mais ampla onde o crescimento assegure condições de justiça, qualidade de vida e integração harmoniosa com o meio.

Os seres humanos são agentes, beneficiários e juizes do progresso, e, por consequência, se colocam direta ou indiretamente como os meios primários de toda a produção (SEN, 1993). O fato é que cada indivíduo é diretamente responsável pelo desequilíbrio no meio, visto que além dos impactos gerados pelas atividades vitais, o homem é detentor do direito de escolha, e dele partem as necessidades de produção industrial em termos quantitativos e qualitativos.

A forma de abordagem educacional e estímulo ao pensamento crítico são elementos de grande importância na concepção de uma sociedade que aspira por um modelo de desenvolvimento potencialmente sustentável.

Barbosa e Candido (2013) ressaltam que fatores diferenciados como regulamentações ambientais, reputação da empresa, pressões sociais e conscientização do consumidor tem feito com que cada vez mais as organizações considerem as questões ambientais nos sistemas de gestão. Tais modelos, ao incorporar o fato de que o dinamismo e a adaptação às necessidades ambientais são vitais, por consequência, também abarcam os pilares econômicos e sociais.

De fato, as empresas têm sido pressionadas pela sociedade a cumprir um mínimo de exigências ambientais, nas formas da lei. Aquelas que além de se enquadrarem neste requisito, buscarem novas alternativas ambientalmente favoráveis, ganham não só em imagem e aceitação no mercado, mas também podem obter benefícios com possíveis reduções dos resíduos, emissões e efluentes gerados, economia de energia, água e matéria-prima e melhoria da saúde ocupacional e da qualidade no trabalho.

Os aspectos metodológicos considerados neste trabalho incluem uma forma teórico-reflexiva em torno da interface dos eixos sociedade, indústria e meio ambiente à luz da necessidade de se estimular uma percepção sistêmica dos diversos atores a respeito das dimensões da sustentabilidade.

Assim, a estruturação deste estudo conta com os aspectos introdutórios, seguido por uma explanação abordando os ideais de desenvolvimento frente a percepção socioambiental. Como forma de conclusão há a correlação destes tópicos na forma de reflexões.

Revbea, São Paulo, V.10, N°4: 79-87, 2015.

Desenvolvimento e percepção socioambiental

A vida na Terra está cercada da conjunção de pequenos detalhes que fazem dos humanos seres privilegiados ao viver em um ambiente com riqueza em recursos e conectividade de processos, dentro de um grande equilíbrio interno e externo ao planeta.

Porém, diante de muitas incertezas como “para onde vamos”, o homem busca, através de bases experimentais científicas, algumas talvez com algum prazo de validade, descobrir o funcionamento da vida para poder recriar modelos e ambientes através da tecnologia.

Diante de incertezas e da facilidade do ser humano em interferir no equilíbrio planetário, cabem reflexões quanto o modo de como estamos caminhando com a grande exploração dos recursos, o exagerado padrão de consumo e as altas taxas de poluição. Tais reflexões passam pelo questionamento sobre os modelos de desenvolvimento atual, ideais de sustentabilidade e de precaução diante das fronteiras planetárias como mudanças climáticas, uso global da água potável, mudança na ocupação e uso do solo, taxa de perda da biodiversidade, entre outras. Neste contexto reflexivo, as práticas educativas relativas às questões de sustentabilidade podem contribuir no sentido de buscarem propostas pedagógicas centradas na criticidade dos sujeitos, mudanças de comportamento e uma maior organização da sociedade, desenvolvendo novas percepções e valores (JACOBI, RAUFFLET, ARRUDA, 2011).

Entre tais campos educacionais, as ciências ambientais contemplam uma interdisciplinaridade que não se restringe aos sistemas formais de conhecimento, pois está aberta a saberes caracterizados como não científicos (SOUZA-LIMA, 2013).

Em tal abordagem interdisciplinar, necessária ao se considerar questões relativas ao meio ambiente, torna-se um dos desafios conseguir que as explicações da ciência possam ser incorporadas pelos indivíduos ao seu patrimônio de conhecimento e, através do conciso entendimento da teoria tirem suas próprias conclusões (CUPANI; PIETROCOLA, 2002).

Evolução dos ideais de desenvolvimento sustentável

Para uma explanação relativa à área ambiental e aos ideais de sustentabilidade, faz-se necessário um entendimento da evolução dos conceitos e discussões que tangem o meio ambiente dentro da história contemporânea.

Uma crescente força e mobilização deste assunto surgiu através de encontros, tratados e conferências no cenário internacional, evidenciados a partir da segunda metade do século XX. A discussão conjunta entre países industrializados, países em desenvolvimento e organizações internacionais,

como as ocorridas em Estocolmo (1972), Joanesburgo (2002) e Rio de Janeiro (1992 e 2012) foi de suma importância para a definição de metas, normas regulatórias, criação de fundos de apoio e pesquisa, além de colocar em pauta os principais problemas socioambientais contemporâneos.

As catástrofes e acidentes industriais ocorridos, que deixaram um legado de contaminações e óbitos, também serviram como aprendizado de ingerência e negligência quanto as temáticas de saúde, segurança e meio ambiente. A pressão social, após os acidentes como os ocorridos em Seveso (1976), Bhopal (1984), Vila Socó (1984), Cidade do México (1984) e Chernobyl (1986) deram novos rumos à discussão.

Desse modo, o conceito de desenvolvimento sustentável lançado pela ONU em 1987 através do Relatório Brutland - Nosso Futuro Comum, apesar de ter dado margem a uma gama de interpretações e adaptações, serviu para ressaltar a conectividade entre os pilares social, econômico e ambiental, permeando, através da inter-relação destes eixos, a necessidade de uma visão holística e um meio equilibrado.

Quando se fala em crescimento econômico, conforme descrito por Latouche (2003) valem os questionamentos do que a principal medida de progresso – o Produto Interno Bruto (PIB) – deixa de considerar em suas análises e mensurações, por exemplo, a desigualdade social e a degradação do meio ambiente.

Do ponto de vista da termodinâmica, todos os fenômenos reais e espontâneos são irreversíveis, sejam eles oriundos de alterações no equilíbrio químico, físico ou biológico (MACHADO; FENZEL, 2009). Assim, o excesso de produção, gerado pelas pressões do consumo, causam uma grande perda do emprego potencial da matéria e da energia, o que fará com que o meio caminhe para um estado de desordem, podendo significar o esgotamento dos recursos naturais. A abordagem de riqueza, em essência, deveria privilegiar o recurso antes da sua utilização.

Não há como mensurar e conferir um padrão comum de análise à degradação entrópica, às identidades culturais e aos valores da natureza. O mesmo ocorre com a pobreza, a degradação ambiental, a equidade transgeracional, a produtividade natural, a regeneração ecológica, o risco, a incerteza e demais “externalidades” (LEEF, 2001, p.45). Contudo, tais contextos devem ser considerados em todas as situações em que estejam presentes, sendo que, desta forma, a palavra “desenvolvimento” ganharia força e poderia trazer com ela o ideal “sustentável”.

A respeito do desenvolvimento sustentável, Sachs (1993) aponta que o caminho para tal ideal necessita contemplar os setores social, econômico, ecológico, espacial e cultural. Dessa forma, o desenvolvimento com sustentabilidade é muito mais do que um ideal presente em jargões e adotado de forma aleatória. Ele é mais complexo ao se analisar o todo, porém mais simples ao remetermos às ações e comportamentos individuais.

Percepção Socioambiental

A percepção ambiental representa as formas como os indivíduos veem, compreendem e se comunicam com o ambiente, levando em consideração também as influências ideológicas de cada sociedade (ROSA; SILVA, 2002).

Ao longo dos anos, tal sociedade tem desenvolvido uma interação íntima com o seu meio natural, o que tem moldado a diversidade cultural e os sistemas de valores humanos. Contudo, as transformações associadas às mudanças econômicas e sociais têm enfraquecido de forma significativa as ligações entre ecossistemas e identidade cultural (ANDRADE, 2009). Inclusa no leque da sustentabilidade, a questão socioambiental é um dos principais pontos de discussão, conforme apontado por Leff (2001, p.31):

O princípio de sustentabilidade surge como uma resposta à fratura da razão modernizadora e como uma condição para construir uma nova racionalidade produtiva, fundada no potencial ecológico e em novos sentidos de civilização a partir da diversidade cultural do gênero humano. Trata-se da reapropriação da natureza e da reinvenção do mundo; não só de “um mundo no qual caibam muitos mundos”, mas de um mundo conformado por uma diversidade de mundos, abrindo o cerco da ordem econômico-ecológica globalizada.

A larga escala de produção, a exploração excessiva dos recursos e a ideologia de que tudo pode ser comprado ou recompensado, acabam por colocar em jogo a identidade e a vida de muitas comunidades, marginalizando os direitos, vontades e opiniões daqueles que, muitas vezes, não tem o poder de escolha. Amazonas (2009) aponta que a sustentabilidade não pode ser definida apenas do ponto de vista físico. Não se sustenta. A dimensão física é fundamental, mas insuficiente, pois há de se considerar o social.

Neste aspecto social, a educação ambiental preconiza o exercício da cidadania por meio da participação ativa individual e coletiva, considerando os processos socioeconômicos, políticos e culturais que a influenciam (PELICIONI; PHILIPPI JR, 2005). Assim, torna-se necessário o entendimento que o tema não pode ser trabalhado de forma pontual e simplista, visto o caráter sistêmico a ele associado.

Como exemplo de outro ponto de vista a ser considerado nesta interdisciplinaridade, temos que juntamente com a preocupação ecológica, a causa antropológica, muito menos questionada, se apresenta vital para a sobrevivência humana na Terra (SÈVE, 2011). Tal causa se refere ao entendimento pela espécie humana dos caminhos que estão sendo trilhados, da ética, do coletivismo e da fragilidade do homem perante o próprio homem.

A mercantilização do ser humano, a liquefação dos valores e dignidade e o esvaziamento do sentido civilizatório indicam que o drama antropológico está tão submetido quanto o ecológico ao mortal curto prazo do lucro máximo. As duas causas são indissociáveis: o meio ambiente e o gênero humano não poderão ser salvos um sem o outro (SÊVE, 2011).

Um dos principais resultados frente aos desdobramentos entre as causas ecológica e antropológica é a qualidade de vida. Tal conceito, ao mesmo tempo em que remete ao equilíbrio do meio, traz um tom de dignidade à vida. De acordo com Blanch (1981 *apud* LEFF, 2001, p.91):

Talvez o valor qualidade de vida possa hoje ser aceito pela primeira vez na história com caráter eficazmente universal e não como vaga aspiração humanitária, pois pela primeira vez o homem acedeu a uma tomada de consciência global da espécie humana (...). Este reconhecimento é hoje muito mais real do que nunca, mas também mais dramático, menos idealista, pois nos defronta com a triste constatação de que a humanidade em seu conjunto está mal organizada, está desperdiçando suas potencialidades e degradando as condições de sua existência (...), alterando as condições mais elementares de sua sobrevivência.

Uma das ferramentas da sociedade para buscar o equilíbrio entre relações de produção, crescimento econômico e variáveis ambientais é o controle social. Tal controle faz uso da participação da sociedade civil nos processos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da gestão pública e na execução das políticas e programas públicos (BRASIL, 2012).

Para que tais melhorias sociais, econômicas e ambientais sejam possíveis, diante dos ideais de sustentabilidade, é preciso que as ações possam ser realizadas de forma compartilhada, passando por diversos patamares organizacionais e contando com a contribuição de todos. Neste contexto, a ideia de pensar globalmente e agir localmente insere-se como um caminho proativo, visto que as ações cotidianas e o poder de influência local são aspectos mais tangíveis pelas majorias (WALTER, 2004; COLLINS; KEARINS, 2010 *apud* BERTÉLI *et al.*, 2013).

A construção do pensamento reflexivo, crítico e criativo fomenta proposições para uma nova sociedade baseada em conceitos de sustentabilidade, ética, cooperação, paz, igualdade e justiça social (SOBRAL, 2014).

Considerações finais

O ser humano vem interferindo de maneira intensa no meio em que vive, extrapolando os limites da capacidade de equilíbrio da Terra. Ao se abordar o desenvolvimento sustentável, o pensamento econômico precisa considerar a esfera biofísica nas mais diversas atividades, atentando para a finitude de recursos naturais e para a degradação da energia e da matéria.

Embora os avanços tecnológicos possam adiar algumas preocupações com a escassez destes recursos, os estoques se reduzem na medida em que a população mundial cresce. Desse modo, a avaliação dos padrões de consumo e a utilização de modelos produtivos com menor impacto se tornam cada vez mais importantes com o decorrer dos anos.

A conectividade dos pilares do socialmente justo, ecologicamente correto e economicamente viável vai muito além de modelos prontos. É necessário discutirmos as relações de produção, os ideais de crescimento econômico a qualquer custo, padrões de consumo, processos produtivos, relações sociais, causa ecológica e causa antropológica.

Ao se abordar o modelo de desenvolvimento com sustentabilidade, há de se repensar os interesses coletivos dos seres humanos, como qualidade de vida e justiça social, dentro de uma equivalência entre os recursos naturais explorados e capacidade regenerativa do planeta. Há de se avaliar, por exemplo, se a energia limpa foi obtida por um processo sem impactos socioeconômicos e se o renovável realmente é sustentável. Desta forma, os modelos de educação ambiental precisam incorporar aspectos relacionados às todas as dimensões da sustentabilidade, visando proporcionar uma visão global e sistêmica.

Assim, a percepção socioambiental e o entendimento do ser humano como agente transformador é extremamente importante para a formação de uma consciência conjunta, guiada pela valorização da espécie e do meio, possibilitando o efetivo desenvolvimento com sustentabilidade.

Referências

AMAZONAS, M. O Pluralismo da Economia Ecológica e a Economia Política do Crescimento e da Sustentabilidade. In: **Boletim da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**, ed. 20, 2009.

ANDRADE, D. A preservação do capital natural e dos serviços ecossistêmicos: Uma proposta de contribuição teórica e metodológica da economia ecológica. **Tese** (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

BARBOSA, M. F. N.; CANDIDO, G. A. Práticas Ambientais e suas relações com a competitividade e a sustentabilidade: um estudo de caso em empresa agroindustrial. **Latin American Journal of Business Management**, v. 4, p. 58-80, 2013.

BRASIL. Controle social. Portal da transparência. Disponível em <<http://www.portaltransparencia.gov.br/controlesocial/>>. Acesso em 05/02/2015.

BETÉLI M.O.; BARCELLOS, P.F.P.; BORELLA, M.R.C. Mudança organizacional impulsionada pela produção mais limpa. **Revista Gestão Industrial**, v. 09, p. 849-867, 2013.

CAVALCANTI, C. Condicionantes biofísicos da economia e suas implicações quanto à noção do desenvolvimento sustentável. *In*: ROMEIRO, A.R.; REYDON, B.; LEONARDI, M. L. (Org.): **Economia do meio ambiente**: teoria, políticas e a gestão de espaços regionais. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, p. 61-82l, 1997.

COLLINS, E. M.; KEARINS, K. **Delivering on sustainability's global and local orientation**. *Academy of Management Learning & Education*, v. 9, n. 3, p. 499-505, 2010.

CUPANI, A.; PIETROCOLA, M. A relevância da epistemologia de Mario Bunge para o ensino de ciências. **Caderno Brasileiro de Ensino de Física**. v.19, p. 100-125, 2002.

JACOBI, P.R.; RAUFFLET, E.; ARRUDA, M.P. Educação para a sustentabilidade nos cursos de administração: reflexão sobre paradigmas e práticas. **RAM**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 21-50, 2011.

LATOUCHE, S. As vantagens do decrescimento. **Le Monde Diplomatique**. Brasil, 2003. <[Http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=887](http://www.diplomatique.org.br/acervo.php?id=887)>. Acesso em 01/12/2014.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MACHADO, J.A .C.; FENZL, N. **A Sustentabilidade de Sistemas Complexos**. Conceitos básicos para uma Ciência do Desenvolvimento Sustentável. Aspectos Teóricos e Práticos. Universidade Federal do Pará. Núcleo de Meio Ambiente.Belém, 2009.

PELICIONI, M.C.F.; PHILIPPI JR, A. Bases Políticas, Conceituais, Filosóficas e Ideológicas da Educação Ambiental. *In*: PHILIPPI JR, A.; PELICIONI, M.C.F. (org). **Educação ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2005.

ROSA, LG.; SILVA, M.M.P. Percepção ambiental de educandos de uma escola do ensino fundamental. **Anais... VI SIMPÓSIO ÍTALO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL**, Vitória/ES, 2002.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel/ Fundap, 1993.

Revbea, São Paulo, V.10, N°4: 79-87, 2015.

SEN, A. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 27/28, p.313-333, 1993.

SÈVE, L. Causa antropológica e causa ecológica. **Le Monde Diplomatique**. Brasil, 2011. <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1050>> Acesso em 01/12/2014.

SOBRAL, M.M. A importância do pensamento reflexivo, crítico e criativo na educação ambiental. **Revbea**, São Paulo, v. 9, n. 2: 314-343, 2014.

SOUZA-LIMA, J.E. Conhecimento ambiental: indagações sobre o novo campo. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 29, p. 7-24, 2014.

WALTER, S. **Think global, act local**. Edinburgh: Luath Press, 2004.